

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Departamento de Linguística

O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO

Émile Benveniste

Tradução: Jonas de A. Romualdo

28 - 14:00h - Gramática tradicional - por contra-
amante da 14 - 14:00h Vanderlei - Escure p/ br. ler p/ gostar

Campinas, 1980

Deixei: - O enunciado descreve a sua enunciação

"Usos da linguagem" -
- Francis Vanoye -

Cap. II
A expressão e a comunicação escrita
(classif. dos mensagens escritas)

Todas as nossas descrições lingüísticas consagram um lugar sempre importante ao "estudo das formas". Entende-se por isso um conjunto de regras que fixam as condições sintáticas sob as quais as formas podem ou devem normalmente aparecer, conforme a um paradigma que restringe as escolhas possíveis. Estas regras de emprego articulam-se com as regras da formação, indicadas previamente, de modo a estabelecer uma certa correlação entre as variações morfológicas e as latitudes combinatórias dos signos (concordância, seleção mútua, preposições e regimes dos nomes e verbos, lugar e ordem, etc.). Parece que, restringidas as escolhas através dos procedimentos expostos acima, obtem-se, assim, um inventário que poderia ser, teoricamente exaustivo dos empregos como das formas, e, em consequência, uma imagem pelo menos aproximativa da língua em emprego.

Queríamos, no entanto, introduzir aqui uma distinção sobre um modo de funcionar que tem sido considerado apenas sob o ângulo de nomenclatura morfológica e gramatical. As condições de emprego das formas não são, a nosso ver, idênticas às condições de emprego da língua. Na realidade, são mundos diferentes, e pode ser útil insistir nessa diferença, que implica numa outra maneira de ver as mesmas coisas, um outro modo de descrevê-las e interpretá-las.

O emprego das formas, parte necessária de toda a descrição, deu lugar a um grande número de modelos tão variados quanto os tipos lingüísticos de onde procederam. A diversidade das estruturas lingüísticas, tanto quanto sabemos, não se deixa reduzir a um número pequeno de modelos que compreendam sempre e somente os elementos fundamentais. Dispomos, pelo menos, de certas representações muito precisas, construída através de uma técnica experimentada.

Uma coisa completamente diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que afeta, de um ou de outro modo, a língua inteira. A dificuldade é de apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, fenômeno tão necessário que escapa à vista.

A enunciação é esta ação de por em funcionamento a língua através de um ato individual de utilização.

O discurso, digamos, que se produz cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a "fala"? É necessário que se atente para a condição específica da enunciação: é o próprio

ato de produzir um enunciado e não o Texto do enunciado é que é o nosso objeto . Este ato é o fato do locutor mobilizar a língua por sua própria conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação. Deve-se encarar o fato do locutor to mar a língua por instrumento e as características que marcam essa relação.

Este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos. Veremos principalmente três.

O mais imediatamente perceptível e o mais direto - se bem que geralmente não o relacionem com o fenômeno da enunciação - é a realização vocal da língua. Os sons emitidos e percebidos , sejam eles estudados dentro dos limites de um idioma particular, sejam eles estudados nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração tanto quanto sejam os ramos da fonética - procedem sempre de atos individuais que o lingüista surpreende, na medida do possível, numa produção nativa, no seio da fala. Na prática científica esforça-se por eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fonética, recorrendo-se a sujeitos diferentes e multiplicando-se os registros, de modo a se obter uma imagem média dos sons, distintos ou atados. Mas, qualquer um sabe que no mesmo sujeito, os mesmos sons não são nunca reproduzidos exatamente, e sabe também que a noção de identidade é somente aproximativa, em relação à experiência repetida no seu detalhe. Estas diferenças têm a ver com a diversidade de das situações em que a enunciação se produz.

Omecanismo desta produção é um outro aspecto maior do mesmo problema. A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão - difícil e ainda pouco estudada - é a de ver como o "sentido" se materializa em "palavras", em que a medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos se pode descrever a interação delas. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da "significância"¹. A propósito desse tema, alistaremos os procedimentos através dos quais as formas lingüísticas se diversificam e se engendram. A "gramática transformacional" visa a codificá-la e a formalizá-las para recuperar um quadro permanente e, a partir de uma teoria da sintaxe universal, propõe-se a remontar a uma teoria do funcionamento do espírito.

Pode-se , enfim , encarar uma outra abordagem. Esta abordagem consiste na definição da enunciação dentro do quadro formal da sua realização. Este é o objetivo próprio destas páginas. Tentaremos esboçar, no

interior da língua, as características formais da enunciação a partir da manifestação individual que a atualiza. Estas características são umas, necessárias e permanentes; outras, incidentes e atadas às particularidades do idioma escolhido. Por comodidade, os dados utilizados aqui são tirados do francês (e do português) usual e da língua da conversação.

Na enunciação, consideraremos sucessivamente o próprio ato, as situações em que se realiza, os instrumentos de execução. Antes da enunciação, a língua só é possibilidade de língua. Após a enunciação, a língua se realiza numa instância de discursos, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de volta.

Enquanto realização individual, a enunciação pode ser definida em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor apropria-se do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor através de índices específicos, por um lado, e através de procedimentos ^{meios estilísticos/palavras léxicas} acessórios, por outro.

Mas, imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro em face a ele, qualquer que seja o grau de presença que ele atribui a este outro. Toda a enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação - ela postula um alocutário. X

Enfim, na enunciação a língua se encontra em emprego como expressão de uma certa relação com o mundo. A própria condição desta mobilização e desta apropriação da língua é no locutor a necessidade de referir pelo discurso, e, no outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz do locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.

Estas condições iniciais vão reger todo o mecanismo da referência no processo da enunciação, criando-se, assim, uma situação muito singular e de que não se tem consciência.

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala na sua fala.

Isso é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor na sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interna. Esta situação vai-se manifestar através de um jogo de formas específicas cuja função é a de colocar o locutor em relação constante e necessária com a sua enunciação.

Esta descrição um pouco abstrata aplica-se a um fenômeno linguístico, familiar no uso, mas cuja análise teórica agora somente se inicia. É, a princípio, a emergência dos índices de pessoas (a relação

eu-tu) que só se produz na e através da enunciação: o termo eu denota o indivíduo que profere a enunciação, o termo tu, o indivíduo que aí se apresenta como alocutário.

Da mesma natureza e relacionados à própria estrutura da enunciação são os numerosos índices de ostensão (tipo este, aqui, etc.), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao tempo em que se pronuncia a instância do termo.

As formas tradicionalmente chamadas de "pronomes pessoais", "demonstrativo", aparecem agora como uma classe de "indivíduos" lingüísticos, formas que remetem sempre e somente para indivíduos, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, em oposição aos termos nominais que remetem sempre e somente a conceitos. Ora, o estatuto destes "indivíduos lingüísticos" tem a ver com o fato deles terem nascido de uma enunciação, com o fato deles serem produtos deste acontecimento individual e, pode-se dizer, "nativo uma vez só". Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida e cada vez que eles designam novamente.

Uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação é constituído pelo paradigma inteiro - sempre vasto e complexo - das formas temporais, que se determinam se reportando ao EGO, centro da enunciação. Os "tempos" verbais cuja forma axial, o "presente", coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário?

Esta relação com o tempo merece que nos detenhamos, que meditemos sobre a necessidade, que interroguemos sobre aquilo que a funda. Pode-se crer que a temporalidade é um arcabouço inato do pensamento. Na realidade, ela é produzida na e através da enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a fonte do tempo. É esta presença no mundo que o ato de enunciação torna possível, pois, é bom refletir, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o "agora" e de fazê-lo atual, a não ser realizando-o através da inserção do discurso no mundo. O presente formal só faz explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, a partir deste presente contínuo, co-extensivo à nossa própria presença e que imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que chamamos "tempo". Continuidade e temporalidade engendram-se no presente incessante da enunciação, por referência interna, entre o que vai-se tornar presente e o que nunca virá a sê-lo.

Assim, a enunciação é diretamente responsável por certas classes

de signos que ela promove literalmente à existência. Pois eles não podem ter nascimento nem emprego no uso "cognitivo da língua". É preciso distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e as que, emanando da enunciação, só existem na rede de "indivíduos" que a enunciação cria. Estes mesmos indivíduos só existem na relação "aqui-agora" do locutor. Por exemplo, o "eu", o "isto", o "amanhã" da descrição gramatical não são senão os "nomes" metalinguísticos eu, isto, amanhã produzidos na enunciação.

Além das formas que ela comanda, a enunciação cria as condições necessárias para as grandes funções sintáticas. Desde que o enunciad^or se serve da língua para influenciar, de alguma forma, o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções. A princípio, é a interrogação uma enunciação construída para suscitar uma "resposta", através de um processo linguístico que é a um só tempo um processo de comportamento com dupla entrada. Todas as formas léxicas e sintáticas de interrogação, partículas, pronomes, seqüência, intonação, etc., põe em relevo este aspecto da enunciação.

Igualmente atribuir-se-á aos termos ou formas que chamamos de intimação: ordens, apelos concebidos como pertencentes às categorias como imperativo e vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador com o outro em referência necessária ao tempo da enunciação.

Menos evidente, talvez, mas totalmente correto é a pertença da asserção a este mesmo repertório. Tanto no seu torneio sintático quanto na sua intonação, a asserção visa comunicar com certeza. Ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação e tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou a implica. Palavras como sim e não assertam positivamente ou negativamente uma proposição. A negação como operação lógica é independente da enunciação. Tem a sua forma própria que é no francês *ne...pas*. Mas, em francês, a partícula assertiva non, substituta de uma proposição, classifica-se como a partícula oui, com a qual ela reparte o status, nas formas que remetem à enunciação.

Mais amplamente ainda, embora de uma maneira menos categorizável, classifica-se aqui toda a sorte de modalidades formais: as que pertencem aos verbos como, por exemplo, os "modos" (optativo, subjuntivo) que enunciam as atitudes do enunciador em relação ao que ele enuncia (expectativa, saudação, apreensão) e as modalidades formais que pertencem à fraseologia ("talvez", "sem dúvida", "provavel-

mente"). Estas últimas indicam possibilidade, indecisão, etc. ou deliberadamente recusa de asserção.

O que geralmente caracteriza a enunciação é a atenuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.

Esta característica exige necessariamente o que se pode chamar de quadro figurativo da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação supõe duas "figuras" igualmente necessárias: uma fonte, a outra alvo da enunciação. Esta é a estrutura do diálogo. Duas figuras em posição de parceiras são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente na definição de enunciação.

Poder-se-ia objetar que pode haver diálogo fora da enunciação ou enunciação sem diálogo. Os dois casos devem ser examinados.

A disputa verbal posta em prática por diferentes povos, da qual os hain-terry dos "merinos" é uma variedade típica, não se trata realmente nem de diálogo nem de enunciação. Nenhum dos dois parceiros se enuncia: tudo é provérbios citados e contra-citados. Não há uma só referência explícita ao objeto do debate. Dos dois disputadores, o que dispuser de maior estoque de provérbios, ou aquele que dos provérbios fizer o uso mais hábil, mais audacioso, menos previsível, colocará o parceiro em embaraço e será proclamado vencedor. Este jogo só na aparência é diálogo.

Ao contrário, o monólogo propriamente procede da enunciação. Ele deve ser posto como uma "variedade de diálogo, estrutura fundamental, apesar da aparência não-dialógica. O "monólogo" é um diálogo interiorizado (formulado em "linguagem interior") entre um locutor e um ouvinte. Às vezes o locutor é o único a falar; o eu-ouvinte continua, contudo, presente. Sua presença é necessária e suficiente para tornar significativa a enunciação do locutor. Às vezes também o eu-locutor intervém, através de uma objeção, uma questão, uma dúvida, um insulto. A forma linguística que esta intervenção assume difere de um idioma para o outro, mas é sempre uma forma "pessoal".

Ora o ouvinte se substitui ao eu locutor e se enuncia como "primeira pessoa". Assim, em francês, o "monólogo" será cortado por observações ou injunções do tipo: "Non, je suis idiot, j'ai oublié de lui dire". Ora o eu ouvinte interpela na "segunda pessoa" o eu locutor: "Non, tu n'aurais pas dû lui dire que"... . Haveria uma interessante tipologia destas relações a estabelecer: em certas línguas verificar-se-ia o predomínio do eu ouvinte como substituto do locutor e, por conseguinte, o surgimento do eu (francês, inglês). Em outras, predomina-

ria o parceiro do diálogo a que favoreceria o aparecimento do tu (alemão, russo). Esta transposição do diálogo em "monólogo" em que o EGO ora se cinde em dois, ora assume os dois papéis presta-se às figurações ou transposições psicodramáticas: conflitos do "eu profundo" e da "consciência", desdobramentos provocados pela inspiração, etc. A possibilidade é fornecida pelo aparelho lingüístico da enunciação reflexiva em si, que compreende um jogo de oposições do pronome e do antônimo (je, me, moi, no francês).

Estas situações reclamam uma descrição dupla: da forma lingüística e da condição figurativa. Contenta-se muito em invocar a frequência e a utilidade prática da comunicação entre os indivíduos para admitir a situação de diálogo como resultante de uma necessidade e, com isso, se dispensa da análise das suas múltiplas variedades. Uma delas se apresenta sob uma condição social, banal na aparência, mas de facto pouco conhecida. B. Malinowoki a chamou de comunicação fática. Qualificou-a de fenómeno psico-social com funcionamento lingüístico. É uma forma em que o discurso, sob forma de um diálogo, funda uma aproximação entre indivíduos. Vale a pena citar algumas passagens dessa análise⁴.

O caso da linguagem empregada nas relações sociais livres, sem objetivo, merece uma consideração especial. Quando pessoas se sentam ao pé do fogo da aldeia, depois de ter acabado sua tarefa cotidiana ou, quando elas conversam para descansar do trabalho, ou ainda quando eles acompanham um trabalho simplesmente manual com um bate-papo que não tem relação com o que elas fazem, é claro que trata-se aí de uma outra maneira de empregar a língua, com um outro tipo de função do discurso. O sentido de cada enunciado não pode ser relacionado com o comportamento do locutor ou do ouvinte, com a intenção sobre o que eles fazem.

Uma simples forma de cortesia muito empregada tanto entre as tribos selvagens quanto num salão europeu preenche uma função. Nessa função é indiferente o sentido das palavras. Questões sobre estado de saúde, observações sobre o tempo, afirmações sobre um estado de coisas absolutamente evidentes, toda essa conversação é trocada, não para informar, não para unir as pessoas numa ação comum, também não, certamente, para exprimir um pensamento.

Pode-se duvidar de que tenhamos aqui um novo tipo de emprego de língua (impolido pelo demônio da invenção terminológica sou tentado a chamar de comunicação fática), um tipo de discurso no qual os laços da união são criados por uma simples troca de palavras... As

palavras na comunicação fática são empregadas, principalmente, para transmitir uma significação, a significação é simbolicamente a delas? Certamente não. Elas preenchem uma função social e é seu principal objetivo, mas elas não são o resultado de uma reflexão intelectual e elas não suscitam necessariamente uma reflexão no ouvinte. Uma vez ainda poderemos dizer que a língua não funciona aqui como um meio de transmissão de pensamento.

Mas podemos considerá-la como um modo de ação? E em que relação ela se encontra com o nosso conceito de contexto de situação? É evidente que a situação exterior não entra diretamente na técnica da fala. Mas, pode-se considerar como situação, quando um grande número de pessoas conversam sem objetivo? Ela consiste simplesmente nesta atmosfera de sociabilidade e no fenômeno da comunicação pessoal desse indivíduo. Mas, com efeito, isto é cumprido através da fala. A situação em todos estes casos é criada pela troca de palavras, pelos sentimentos específicos que formam a convivência gregária, pelo vi-e-ven dos assuntos que compõem a conversação ordinária. A situação inteira consiste de acontecimentos lingüísticos. Cada enunciação é um ato que visa unir diretamente o ouvinte ao locutor pelos laços de algum sentimento, social ou outro. Uma vez mais a linguagem nesta função não nos aparece como um instrumento de reflexão, mas como um modo de ação.

Estamos aqui no limite do "diálogo". Uma relação pessoal criada, sustentada, por uma forma convencional de enunciação, que volta sobre si mesma, satisfazendo-se com sua realização, não se comportando nem como objeto, nem como alvo, nem como mensagem, pura enunciação de falas convencionais, repetidas por cada enunciados. A análise formal desta forma de troca lingüística está ainda por fazer⁵.

Muitos outros acontecimentos estão por estudar no contexto da enunciação. Teriam que ser consideradas as substituições lexicais que a enunciação determina, a fraseologia que é a marca freqüente, talvez necessária, da oralidade. É preciso distinguir também a enunciação falada da enunciação escrita. Esta última se move sobre dois planos: o escritor enuncia-se escrevendo e, no interior da sua escritura, ele faz indivíduos enunciarem-se. Longas perspectivas abrem-se sobre a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui.

NOTAS:

1. Tratamos disso particularmente num estudo publicado pela revista Semiótica, I, 1969.
2. O detalhe dos fatos de língua que nos defrontamos aqui numa visão sintética está exposto em vários capítulos do nosso "Problèmes de Linguistique Générale, I (Paris, 1966), o que nos dispensa de insistir nisso aqui.
3. Ver um artigo do BSL 60 (1965) fasc. I, p. 55 e seguintes.
4. Traduzimos aqui algumas passagens do artigo de B. Malinowski, publicado em Odgen et Richards, The Meaning of meaning, 1923, p. 313 e seguintes.
5. Ela não foi objeto senão de algumas referências, por exemplo, em Grace de Laguna, Speech, its function and development, 1927, p. 244 n., R. Jakobson, Essais de Linguistique Générale, trad. N. Ruwet, 1963, p. 217.

(BENVENISTE, E. "L'APPAREIL FORMEL DE L'ÉNONCIATION", in Problèmes de Linguistique Générale II, Paris, Gallimard, 1974).